



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

REQUERIMENTO Nº 075/2021

Exma. Sra.

Vereadora Eliana Maria Nunes

Presidente da Câmara Municipal de Bom Jardim de Minas

As Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação e de Agricultura, Meio Ambiente e Patrimônio Natural, composta pelos vereadores que este subscrevem, vem requerer a Vossa Excelência, com base no art. 58 do Regimento Interno da Câmara Municipal, que promova o encaminhamento do presente requerimento ao Senhor Prefeito Municipal, a fim de solicitar-lhe as seguintes informações, que se julga necessárias para formação de posicionamento a respeito do projeto de lei nº 58/2021, que autoriza a concessão de uso de bem imóvel do Município para instalação da empresa VS Pré Moldados e Artefatos de Cimento LTDA:

1) Justificar a necessidade da área de 6.000 m² de terreno para o funcionamento das atividades da empresa em questão, sendo que o Município precisa resguardar os seus imóveis para a instalação de outras empresas, que inclusive poderão trazer maiores benefícios;

2) Apresentar uma estimativa anual dos valores de tributos que serão acrescidos à Receita do Município em virtude da instalação da empresa proponente, detalhando quais as espécies de tributos e respectivas incidências (fabricação, venda, prestação de serviços, etc), a fim de atender minimamente à exigência prevista na parte final do inciso I do artigo 2º da Lei Municipal 1.616/2021, assim redigido:

“Art. 2º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a negociar, com empresas interessadas em instalar-se no Município, a outorga de concessão de uso de lotes a serem desmembrados (...) mediante as seguintes condições:

*I – A empresa interessada deverá apresentar um Protocolo de Intenções, com a descrição do empreendimento que pretenda implantar, discriminando pelo menos os produtos a serem produzidos ou atividades a serem desenvolvidas, a extensão e características do imóvel desejado, a expectativa de faturamento anual e as contrapartidas oferecidas ao Município, tais como **arrecadação de tributos** e geração de empregos formais, **tudo devidamente quantificado**.”;*



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

- 3) Discorrer sobre os efeitos positivos e negativos que a instalação dessa empresa trará para o Município, e que justifiquem a concessão gratuita desse imóvel público, se possível baseado em números e dados objetivos;
- 4) Esclarecer se o projeto de lei prevê uma exigência de geração de 02 ou 06 empregos, já que no projeto apresentado há discordância entre a quantidade apontada em algarismos e por extenso;
- 5) Esclarecer qual é o prazo pretendido da concessão, uma vez que no texto do projeto é de 10 anos e na justificativa, 15 anos;
- 6) Apresentar a classificação da empresa quanto ao seu potencial poluidor segundo a Decisão Normativa nº 217/2017 do Copam, visto que a DN 74/2004 não está em vigor, tendo sido substituída pela primeira;
- 7) Quais serão as espécies de empregos que serão gerados pela empresa (funções);
- 8) Informar se a Prefeitura já realizou algum estudo, ainda que preliminar, acerca do impacto ambiental a ser gerado pelo empreendimento, e sobre a sua compatibilidade com o Plano Diretor. Em caso positivo, fornecer cópia do estudo ou discorrer sobre os aspectos analisados e respectivas conclusões.
- 9) Esclarecer qual o grau e os tipos de poluição e impactos negativos que serão gerados pelo empreendimento, especialmente sob os seguintes aspectos (conf. Lei complementar nº 21/2020, art. 44, IV, "a"):
 - Geração de efluentes líquidos;
 - Emissões atmosféricas (fumaça, pó ou gases);
 - Ruídos;
 - Odores;
 - Vibração;
 - Resíduos sólidos;
 - Tráfego de veículos.
- 10) Responder assertivamente se o empreendimento vai gerar algum incômodo ou perigo à saúde da população da cidade e da vizinhança, e quais.

JUSTIFICATIVA

Não há dúvida de que qualquer novo empreendimento que gere trabalho e renda para a comunidade e para o Município é bem-vindo em nossa cidade. No entanto, quando se



CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JARDIM DE MINAS

trata de conceder incentivo a uma empresa privada, fornecendo gratuitamente um terreno dessa dimensão e ainda outros auxílios, e em se tratando de uma atividade que poderá causar algum incômodo à população, é preciso ter um cuidado redobrado antes de se aprovar tal concessão.

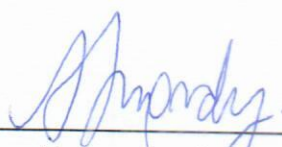
Afinal, a concessão de uso só é possível se houver a comprovação de um relevante interesse público, e esse interesse somente pode ser visualizado após se analisar todos os efeitos tanto positivos quanto negativos que serão gerados pela nova atividade.

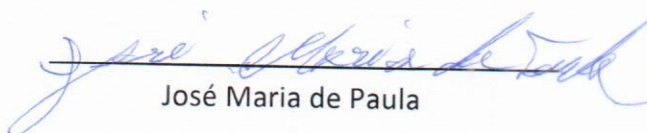
Assim, esse requerimento pretende obter subsídios para avaliar todos esses impactos, começando pelos impactos econômicos, buscando quantificar o retorno fiscal que a empresa proporcionará, mediante acréscimo na arrecadação de ICMS e outros tributos ao Município, já que a geração de empregos diretos será muito pequena.

De outro lado, queremos averiguar os possíveis impactos urbanísticos e ambientais, a fim de também concluir se há risco de o empreendimento provocar algum dano ambiental ou algum incômodo significativo à população da vizinhança, especialmente os moradores do Bairro COHAB, que é vizinho ao distrito industrial. Para analisar esse aspecto é que também estamos solicitando o croqui do distrito industrial e do terreno a ser concedido, a fim de observar a localização relativa do empreendimento em relação ao bairro.


Com estes esclarecimentos, contamos com o encaminhamento dos presentes questionamentos e a breve resposta do Poder Executivo, a fim de podermos finalizar a tramitação do projeto de lei em tela.

Bom Jardim de Minas, 27 de outubro de 2021.


Alexandro de Almeida Nardy


José Maria de Paula


Mateus Carvalho Vitoriano


Manoel Carlos de Souza Abbud


Pedro Vanderli de Rezende